

O estudo das relações de gênero na formação de professores de educação física

Samira El Adass¹
Karina de Toledo Araújo²

Resumo: Precisamos falar de gênero na escola. E as perguntas que fazemos são: os professores em sua formação inicial no curso de Educação Física – licenciatura – da UEL ‘aprendem’ a falar de gênero? Como o curso de formação de professores em trata da temática gênero ao longo do curso? Para respondermos a estas questões, iniciamos nossa pesquisa com o seguinte objetivo: apresentar o conceito de gênero enquanto marcador social atravessado pelas representações de corpo e sexualidade e a sua importância para a formação inicial de professores do curso de Educação Física. A metodologia que adotamos para alcançarmos esse objetivo foi a pesquisa bibliográfica com análise teórica das referências que tratam sobre os temas apresentados.

Palavras-chaves: Formação de Professores; Educação Física; Gênero.

Introdução

Ao percebermos a necessidade urgente da busca por equidade de direitos e respeito as diferenças, ao outro e a dignidade humana, se faz urgente repensarmos a função social e política da escola. É fato que a sociedade brasileira, nesta segunda década do século XXI, ainda reproduz saberes, pensamentos e ações discriminatórias em se tratando das relações de gênero. Acreditamos que os estereótipos de gênero, sexismos e violências de gênero são aprendidas e compartilhadas pela sociedade em suas diferentes instituições sociais, entre as quais a escola. Esta assume um papel fundamental na manutenção ou nas mudanças de valores e relações sociais. Para Estramiana (2010), valores são estruturas do conhecimento socialmente elaborada sobre como a sociedade deve ser organizada, assim os valores expressam conflitos ideológicos orientando os comportamentos e estão ancorados nas identidades dos grupos sociais.

A escola em seus diferentes níveis de ensino é responsável pela produção, reprodução ou transformação do quadro supracitado. Louro (1999) sinaliza o papel

¹ Universidade Estadual de Londrina - UEL; Estudante de graduação Educação Física - licenciatura; sami.eladass@gmail.com

² Orientadora. Universidade Estadual de Londrina - UEL; Doutora em Educação; karina.araujo@uel.br

fundamental da escola na produção da identidade masculina e feminina. Entretanto, na escola ainda não têm sido abordados efetivamente os temas relacionados às diversidades em geral, tampouco são discutidas as relações de gênero em sala de aula. Cabe, portanto, discutirmos a formação e a intervenção docente sobre o tema gênero.

Nesse sentido, para França (2016), a escola informa e produz significados que podem vir a se transformar em estigmas que limitam as possibilidades de inclusão dos indivíduos afetando a aprendizagem. Portanto, há necessidade desses assuntos serem tratados na escola. A Educação Física está na escola. É uma área de conhecimento que tem o corpo - e o corpo em movimento - como seu objeto de estudo e de ensino. O corpo é sexual, é social, é generificado e é político. Assim como as práticas corporais – esportes, ginásticas, danças, lutas e jogos - manifestas em nossa cultura. É ímpar o estudo do corpo na Educação Física. O corpo implica em constituição de identidades e em manifestações da sexualidade.

Neste sentido indagamos se os professores em sua formação inicial no curso de Educação Física – licenciatura – da UEL ‘aprendem’ a falar de gênero? Como o curso de formação de professores em trata da temática gênero ao longo do curso? Para respondermos a estas questões, iniciamos nossa pesquisa com o seguinte objetivo: apresentar o conceito de gênero enquanto marcador social atravessado pelas representações de corpo e sexualidade e a sua importância para a formação inicial de professores do curso de Educação Física.

A Educação Física, hoje, pode ser compreendida como área que tematiza/aborda as atividades corporais em suas dimensões culturais, sociais e biológicas. Assim, a Educação Física extrapola a questão da saúde, relacionando-se com as produções culturais que envolvem aspectos lúdicos e estéticos, deixando de ter como foco apenas o esporte ou os exercícios físicos voltados para uma perspectiva restrita à promoção e ao desempenho de atividade física (FIGUEIREDO, 2004, p.90)

A metodologia que adotamos para alcançarmos esse objetivo foi a pesquisa bibliográfica com análise teórica das referências que tratam sobre os temas apresentados.

A escola e as relações de gênero como conteúdo de ensino

O cenário atual é marcado por algumas mudanças no que diz respeito às representações de sexualidade e identidades de gênero. Ocorrendo uma constante transformação na maneira de pensar conceitos relacionados a comportamentos femininos e masculinos, e buscando ter novos olhares sobre o que é considerado natural e construído.

Ao falar de sexo refere-se a aspectos biológicos e reprodutores, sendo sexo apenas dois, o masculino e o feminino; gênero relaciona ao papel social que determinado sexo irá exercer em uma sociedade, e esse papel social é determinado culturalmente por meio de um processo histórico, ou seja gênero é as diferentes formas de ser homem ou mulher. Segundo Joan Scott (1999), reconhece que o uso do termo gênero coloca ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado por ele e nem determina a sexualidade do indivíduo.

Pois ao tentar encontrar uma definição para essa categoria limitamos binariamente a compreensão desse conceito, desta forma ignorando a complexidade pela qual se caracteriza. A complexidade de conceituar gênero ocorre devido à busca da superação em encarar a sociedade a partir de uma perspectiva binária. Propondo que seja considerado para a conceituação desse termo os determinantes sociais, e de que maneira a sociedade vem construindo historicamente o conceito de gênero.

As discussões sobre relações de gênero na escola decorrem de observações realizadas durante as diferentes etapas em que se cumpre o estágio supervisionado. Durante a realização dos estágios ficou evidente que existe uma imposição para que cada um assuma seu papel de gênero pré-definido pelo sexo conforme valores sociais estabelecidos e naturalizados historicamente. Ficou claro que os professores devem saber ensinar sobre gênero e mediar conhecimentos sobre os temas e práticas corporais que são atravessados pelas relações de gênero. Para tanto é preciso que os conhecimentos relacionados as questões de gênero, corpo, sexualidade sejam contemplados durante a formação inicial.

A escola (de educação básica e superior) reproduz conceitos binários de homem e mulher no que diz respeito a valores e comportamentos. Culturalmente é ensinado que existem coisas de meninas e coisas de meninos. Estas são criadas, educadas para exercerem uma função social dependendo do sexo biológico que nascem. Quando tais pressupostos e normativas sociais não são cumpridos conforme o esperado as pessoas são rotuladas. Becker (2008) explica a rotulação como um desvio relativo a uma norma social pré-estabelecida por um grupo social dominante, ficando assim marcados, rotulados por desviar de certos comportamentos hegemônicos; submetendo-se a fingir ser o que não são por medo de serem julgados ou sofrerem violência.

Durante a realização do Seminário Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior (2013) foi defendida a ideia de que é preciso destacar o lugar do gênero e da sexualidade nas políticas públicas de formação docente,

apesar dos avanços da última década e dos marcos normativos, a formação inicial docente segue incorporando poucas as discussões referentes ao gênero e à sexualidade.

A maneira com que a sociedade vem se organizando diante a questões relacionadas à sexualidade e gênero, é coerente propor alguns questionamentos, reflexões e esclarecimentos de alguns conceitos, para que seja evitado qualquer tipo de intolerância. Ao tratar destas questões é preciso ter a clareza do que cada termo significa e qual a sua implicação na sociedade, e de que maneira esses conceitos influenciam na organização política, social e educacional de um determinado lugar. Com a clareza de que alguns conceitos descontextualizados histórico e culturalmente perdem o sentido. A naturalização de condutas sociais construídas por meio de um processo histórico-cultural da interrelação do sexo e com a identidade de gênero influenciou e continua a influenciar a organização social.

Entretanto e conforme a Apostila de Gênero e Diversidade na Escola (2009), gênero refere-se à construção social do sexo anatômico, significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. Segundo Louro (1997), a complexidade do conceito de gênero compreende que que paralelamente à existência da opressão, a sociedade produz formas não hegemônicas de pensar, agir e ser.

As representações sociais de homens e mulheres são decorrentes de rótulos que a sociedade constrói com o decorrer do processo histórico cultural. Sendo designados papéis sociais que cada um deve conter em uma sociedade, e a partir do momento que uma criança nasce já possui um papel pré-determinado a seguir, tendo que se engajar em uma função social se for menina e em outra função social se for menino. Portanto, houve desta maneira a naturalização desses processos construídos históricos, sociais e culturalmente.

Segundo o Caderno SECAD (HENRIQUES, 2007), no Brasil ocorre o fortalecimento dos movimentos feministas por meio de repercussão do contexto internacional, apoiando-se a legitimidade de direitos por meio dos direitos humanos. A formulação de políticas educacionais inclusivas no âmbito educacional está amparada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que assegura o direito à escola a todas as pessoas (brasileiras ou estrangeiras residentes no País), sem discriminar negativamente singularidades ou características específicas de indivíduos ou grupos humanos.

Os cadernos de Temas Transversais, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental, publicados pelo MEC em 1998, são, ainda hoje, a única referência oficial de tratamento das temáticas relativas a gênero no campo educacional (CADERNO SECAD, 2007, p.12).

O Plano Nacional de Educação, de 2001 (Lei nº 10.172), embora surgido em um contexto de mobilização social, foi conservador em seu tratamento dos temas relativos a gênero (HENRIQUES, 2007). Ao mesmo tempo, o PNE manteve silêncio em torno da identidade de gênero.

A Apostila de Gênero e Diversidade na Escola (2009), ressalta a ações governamentais relativas à educação, conscientização e mobilização contidas no Programa Nacional de Direitos Humanos II (de 2002), no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), no Programa Brasil sem Homofobia (2004) e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) gestados a partir de lutas e transformações que receberam maior impulso desde a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Além disso, Caderno SECAD (HENRIQUES, 2007) como fonte dos movimentos sociais feministas destaca propostas de ações governamentais para a garantia dos direitos humanos de determinados grupos específicos, entre esses, mulheres, gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais. Em relação a questão de gênero propõe como medida especificamente voltada à educação:

1) estimular a formulação, no âmbito federal, estadual e municipal, de programas governamentais a fim de assegurar a igualdade de direitos.

2) incentivar a capacitação dxs professorxs do Ensino Fundamental e Médio para a aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN no que se refere às questões de promoção da igualdade de gênero e de combate à discriminação contra a mulher (BRASIL/MRE, 2002:36-37).

O movimento feminista levou a adoção de novas formas de pensar os projetos pedagógicos que norteiam a escola e a universidade. Pois no Caderno SECAD (HENRIQUES, 2007) é possível encontrar que o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), assinado pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, parte da concepção de que a educação em direitos humanos se faz paralelamente à educação para a valorização da diversidade, definindo como uma ação programática para a Educação Básica:

[...] fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas (BRASIL/CNDH/MEC, 2006:24).

E para a Educação Superior:

[...] desenvolver políticas estratégicas de ação afirmativa que possibilitem a inclusão, o acesso e a permanência de pessoas com deficiências, segmentos geracionais e étnico-raciais, de gênero, de orientação sexual e religiosa, dentre outros, nas IES (BRASIL/CNDH/MEC, 2006:29).

A contribuição dos movimentos sociais feministas para o Brasil no âmbito educacional foi a legitimação do direito à igualdade perante ao ensino, inserção da temática gênero mesmo que em forma de diversidades, influência nos projetos políticos que norteiam a escola e a universidade a fim de discutir gênero na escola.

Para que na formação inicial seja tratado os temas relacionados às diversidades e as questões de gênero é preciso que os docentes se apropriem desses conhecimentos para o ensino em suas aulas. No Seminário Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior (2013) foi reafirmada a tentativa de inserção das discussões de gênero na formação inicial docente, mas tais ações têm sido realizadas de forma isolada ou por iniciativas individuais de professores e pesquisadores das universidades públicas e privadas.

O curso de educação física – licenciatura – UEL e as relações de gênero

As relações de gênero na sociedade brasileira têm fundamentos no patriarcalismo, no higienismo e no eugenismo. Esses fundamentos estão arraigados no pensamento social e são perpetuados pela nossa memória coletiva por meio da circulação das informações e da naturalização das posições e papéis sociais atribuídos aos indivíduos, conforme a raça, a classe social, o gênero, geração, entre outros (ARAÚJO, 2015).

A busca pela normalização populacional é supostamente igualitária e mediada por práticas disciplinares, contudo, constituíram-se as diferenças essenciais no interior do ser humano reguladas pelas regras de normalidade e registros de moralidade. “O espaço da escola é organizado mediante uma interpretação de poder, também é, dialeticamente, nesse espaço, que os desejos, as expectativas e necessidades dos sujeitos que o compartilham estão postos” (RAMOS, [s.d.] apud ARAÚJO, 2015). Moreira (2007) citada por Araújo (2015) reafirma o papel da escola enquanto uma das instâncias em que se produzem os processos de diferenciação, classificação e exclusão social.

Araújo (2015), vale-se das idéias de Weeks (1986) citadas por Cavaleiro (2009), ao destacar que a questão de gênero na escola reveste-se de insistências de que formas de masculinidades e feminilidades devem ser estabelecidas como opostas e as identidades não

normativas – a sexualidade e práticas sexuais - aparecem como assuntos privados, de pouca importância e que compõem a intimidade distante das políticas públicas e de formação inicial e continuada de professores.

No Projeto Pedagógico do curso de Educação Física – licenciatura - da Universidade Estadual de Londrina não aparecem, de maneira específica, saberes relacionados às relações de gênero. Mas é possível encontrar algumas descrições no documento referente a prática ressignificação dos saberes, a constante transformação social, podendo estar implícito as relações de gênero. Assim o documento traz trechos tratam da adequação do professor mediante as transformações sociais, e que sua ação enquanto professor é conseguir mediar essas transformações.

O professor ao pensar sua disciplina terá de considerar as transformações de natureza sociais e econômicas de grande transcendência que estão em andamento nas sociedades, a existência de uma nova ordem mundial, globalização, e que estas interferem de forma decisiva na construção das práticas sociais cotidianas que se estabelecem no país, na Universidade, na Escola, na Educação Física, no Esporte, no Lazer, nas Lutas, na Ginástica, nos Jogos e na Dança. Nesta linha de compreensão, fica claro que as concepções de mundo que tendem a justificar as transformações das realidades sociais estão passando por profundas mudanças e que diante destas condições a Educação, e fundamentalmente, os Cursos de Licenciatura, deverão considerar os efeitos desta nova ordem no momento de elaborar seus projetos pedagógicos (PROJETO PEDAGÓGICO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA – LICENCIATURA – UEL, 2002, p.9).

Portanto acredito que temas e conteúdos de ensino relativos as relações de gênero, diversidade sociocultural e minorias devam estar presentes de forma mais específica no curso de Educação Física - licenciatura -da UEL, pois se tratam de formas de organização da sociedade que se estabelecem na escola, e em outros âmbitos. A relevância de se tematizar gênero se faz necessária com vistas à desconstrução das discriminações presentes na sociedade e evidenciar a liberdade de escolha dos estudantes subsidiando-os com conhecimentos necessários para compreenderem as múltiplas diferenças que existem entre as pessoas e respeitá-las independente da origem dessas diferenças.

O discurso normativo de submissão da mulher e oposição entre homens e mulheres provocou (e ainda provoca) ao longo de nossa história o reforço por meio de sua repetição e circularidade nos grupos sociais, inclusive nas escolas. As relações de poder se mantêm porque tanto os dominadores como os dominados “aceitam” as versões da realidade social que

negam a existência de desigualdades, que afirmam ser estas desigualdades resultantes de desgraça pessoal ou da injustiça social. Esta aceitação é construída através dos mecanismos de socialização, da força da ideologia, das crenças religiosas, entre outros. Entretanto, o que defendemos é que a noção e a prática da igualdade de gênero se estabeleçam – inclusive no âmbito escolar – sobre as mais diferentes práticas e esferas sociais.

Segundo o Caderno SECAD (HENRIQUES, 2007), a escola torna-se uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento, diálogo e convívio com a diversidade, pois é vista como espaço de construção de conhecimento e de desenvolvimento do espírito crítico, onde se formam sujeitos, corpos e identidades. A escola é um local de questionamento das relações de poder e de análise dos processos sociais de produção de diferenças e de sua tradução em desigualdades, opressão e sofrimento.

Para tanto se faz necessário que os professores de Educação Física da UEL – e professores das mais variadas áreas de saber - sejam formados inicialmente e continuamente sobre os temas relacionados as questões de gênero, diversidade sociocultural e minorias sociais. Entretanto, para que na formação inicial sejam tratados os temas aqui apresentados é preciso que os docentes dos cursos de formação de professores se apropriem desses conhecimentos para o ensino em suas aulas.

Considerações Finais

O gênero, na educação formalizada, é uma das inúmeras maneiras de lutar para a mudança no quadro de violência, preconceitos e estigmatização. Os estudos de gênero têm entre os principais objetivos destacar a diversidade das pessoas. Busca-se “desnaturalizar” as diferenças de gênero, indicando para o modo como elas são culturalmente construídas e enfatizando o fato de que fazem parte dos interesses e processos sociais de dominação e exclusão, isto é, dos mecanismos presentes nas relações de poder que permeiam o conjunto das relações sociais.

Conforme Araújo (2015) é função da educação institucionalizada cumprir sua parte na incorporação de novas representações ou na transformação daquelas existentes à linguagem e à memória coletiva. Nossos estudantes nos mais diferentes níveis de ensino, inclusive na formação inicial do curso de Educação Física – licenciatura, ainda reproduzem papéis historicamente binarizados na sociedade em função do gênero masculino e feminino. É preciso que a formação de professores para práticas pedagógicas relacionadas ao respeito a

diversidade e a supressão de marcadores sociais que violentam as pessoas e lhe expropriam a subjetividade negando aquilo que lhe caracteriza como sujeito.

Algumas das ações para inserção dos temas referentes às diversidades e ao gênero nos cursos superiores de formação de professores tem sido a criação de grupos e núcleos de pesquisas que discutem as temáticas de gênero, sexualidade, diversidade sexual, raça e etnia por docentes das universidades. Ainda assim, as disciplinas que têm sido oferecidas, em sua maioria não integram os currículos formais dos cursos de graduação voltados à formação docente.

Portanto é notório que tratar dos temas referentes às diversidades e ao tema gênero, em específico, ainda está distante das necessidades apresentadas socialmente. Ensinar a sobre as relações de gênero na formação inicial de professores não se torna um processo simples, pois implica em questões que permeiam vieses ideológicos, políticos e sociais.

Referências

ARAÚJO, K. de T. **Representações sociais de estudantes do ensino médio sobre a prática do futebol por mulheres:** intersecções entre gênero, corpo e sexualidade. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Maringá – Maringá: UEM, 2015.

BECKER, Howard Saul. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. – Rio de Janeiro, RJ, 2008.

ESTRAMIANA, José Luis ; Rodríguez, M. . El proceso social migratorio; un acercamiento psicosocial desde la teoría de los valores culturales. **Psicología, Conocimiento y Sociedad** , v. 1, p. 1-24, 2010.

FIGUEIREDO, Z. C. C. Formação docente em Educação Física: experiências sociais e relação com o saber. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 89-111, janeiro/abril de 2004.

FRANÇA, Fabiane Freire. **Os estudos de gênero na Educação Básica:** intervenção pedagógica na formação docente. – Curitiba, PR: CRV, 2016.

Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. Livro de conteúdo. versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. (Apostila)

HENRIQUES, Ricardo; *et.al.* **Gênero e Diversidade Sexual na Escola:** reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília, maio de 2007. Secad/MEC (Caderno)

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

V SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS
Universidade Estadual de Londrina
13 a 15 de junho de 2018
ISSN 2177-8248

LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, M. V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

PROJETO Pedagógico Curso de Educação Física Licenciatura – Universidade Estadual de Londrina. UEL, 2002.

SCOTT J.W. **Gender and the politics of history (Revised edition)**. New York: Columbia University Press; 1999

SEMINÁRIO de Educação em Sexualidade e Relações de Gênero na Formação Inicial Docente no Ensino Superior. Relatório final. Brasília, DF: 2014. Publicado em 2014 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.